



permitiriam acontecer quem sabe até pelo uso das armas após o esgotamento dos trunfos da política. A Grécia abandonaria o euro e serviria de mau exemplo às outras economias nacionais em situação semelhante. Por isso, ela está sendo obrigada a aceitar pacotes de refinanciamento drásticos que não admitem a recuperação econômica por causa do próprio euro. É paradoxal. Um pacote para permitir a recomposição financeira sem a econômica.

No Brasil, a crise também se faz notar, entretanto, com cores menos acentuadas. O sistema bancário brasileiro detém elos muito fracos com o sistema bancário europeu e estadunidense, no que diz respeito à aquisição de papéis especulativos de risco duvidoso, que foram aqueles que precipitaram a crise em 2007. Nossas operações financeiras se emaranham pelas fronteiras nacionais em que o lucro financeiro aqui proporcionado é bem maior, reduzindo o grau de exposição ao exterior dos bancos brasileiros, além do que a atuação do Banco Central brasileiro foi muito mais severa e precavida, forçando os bancos a angariar recursos próprios com que enfrentar crises internacionais. Os bancos brasileiros preferem se posicionar em títulos públicos garantidos com juros elevadíssimos, do que com papéis estrangeiros. Nosso comércio internacional estabeleceu elos mais vigorosos com a América Latina e Ásia, fugindo das barreiras comerciais europeias e estadunidenses. América Latina, China e Índia compõem horizontes de expansão capitalista mais promissores, por terem ainda muito por construir com populações enormes e pobres a satisfazer, do que as economias do capitalismo maduro em que o horizonte de ampliação está mais estreito e o nível de conforto paira em patamar mais elevado comparado ao latino.

No capitalismo verde-amarelo adeja um argumento fulcral e mecanicista, fruto de uma visão superficial e apressada das coisas, responsável pelo crescimento tímido da economia brasileira. O fundamento dele é correto. O que é errado é sua conclusão. A saber, o fundamento. Para crescer é necessário gerar emprego. O emprego novo depende de investir, aliás, formar capital fixo. E para investir é preciso preexistir, em algum lugar, os recursos angariados para isso sob o rótulo de poupança. As famílias reúnem suas sobras, quando tal é possível. E as empresas apuram o lucro líquido. Surge a poupança. Para investir é necessário poupar. Agora, a saber, a conclusão, cujo raciocínio desanda para ser esdrúxulo. O coro dos economistas assevera reiteradamente, faz décadas, sobre a baixa capacidade de poupança nacional para induzir o investimento e, por essa simples razão, o crescimento termina modesto.

Ao assim afirmarem, esses papagaios partem da firme posição de que toda a poupança está sendo despendida na conversão em capital. Desconsideram a parte da poupança que permanece no setor financeiro em aplicações de renda fixa, sustentadas pela aquisição de títulos públicos, regulados pela taxa SELIC. Com títulos públicos sendo ofertados a 9% ao ano, contra capitais que podem ser emprestados a praticamente a taxa zero no exterior, o lucro financeiro resultante é excelente, incomparável talvez em qualquer parte do globo terrestre.

As empresas e as famílias vão preferir deixar parte de suas importâncias rendendo juros do que investir para gerar emprego. A especulação é ainda mais importante do que criar emprego. E é esta fatia que não desliza para investimento, ficando represada no setor financeiro. Portanto, há uma pergunta que não quer calar. Quanto é o percentual do PIB girando na especulação financeira? O percentual originário de poupança que se transformou em investimento já se sabe, circula em torno de 19% no ano de 2011. E o percentual escondido, reproduzindo-se financeiramente, dinheiro que produz dinheiro de emissão, na ciranda entre bancos comerciais e títulos públicos, quanto alcança? Isso nada mais é do que mais-valia transportada para a esfera financeira para se reproduzir por intermédio de juros. É a reprodução estéril do dinheiro pelo dinheiro.

A perspectiva de perdurar o crescimento num ciclo econômico de mais longo prazo repousa

em desamarrar essa dicotomia. A persistente e gradual queda dos juros reguladores dos títulos públicos, precificados pela taxa SELIC, pode forçar os recursos financeiros especulativos a migrarem para a geração de empregos. Iriam se somar às obras com a Copa do Mundo de 2014, às Olimpíadas de 2016, às falhas ainda gigantescas na infraestrutura brasileira, em termos de ferrovias, hidrovias, portos e saneamento básico. Então este crescimento econômico que já dura 8 anos, a uma média de 4% ao ano, desde o Governo Lula, pode se estender por pelo menos mais outros 8 ou 10 anos.

O obstáculo ao progresso deste ciclo capitalista que lhe imporia limitações de duração e, mais do que isso, seu estancamento, habitam em paralelo. Esse ciclo de prosperidade iniciou à proporção que o gasto com assistência social aumentou. Surgiu principalmente o Bolsa Família, carro chefe do dispêndio do Governo Federal com a classe trabalhadora mais pobre, que necessitava urgentemente ser amparada da fome e da marginalidade social. Foi este gasto que permitiu a ampliação da renda dos trabalhadores. Permitiu gastos maiores e reacendeu a economia capitalista brasileira quase em estagnação durante duas décadas. Aparou falhas do mercado que se considera perfeito pela teoria burguesa conservadora cega.

O aspecto decisivo da continuidade deste ciclo econômico assenta na tributação indireta sobre as mercadorias e serviços, que performam a origem das transferências repassadas aos trabalhadores brasileiros. O Governo Federal já se depara no extremo de seus gastos sobrando quase nada para sustentar os investimentos. São três os grandes gastos: funcionalismo, transferências sociais e investimentos. Trocando em miúdos, a expansão econômica vai depender mais do que nunca do horizonte da redução dos juros e da ampliação da dívida pública do Estado, ao máximo que esse elástico puder esticar. Este é o panorama de crescimento econômico brasileiro que pode perfeitamente se estender por mais uma década, até o momento que suas forças propulsoras se esgotem gradativamente e o ciclo de ascensão se converta em declínio. As necessidades de promoção de emprego diminuirão bastante, dado que o crescimento da população caiu drasticamente. Está próximo de 1% ao ano. Não seria algo tremendamente difícil sustentar uma taxa de crescimento econômico na média de 4%, por mais um decênio. O problema é que com o tempo estes 4% passam a ser cada vez mais difíceis de garantir, bem como maiores os percalços para obter recursos para a expansão. O crescimento começaria a falhar num ponto mais à frente, sinal de que o ciclo econômico de prosperidade estaria em exaustão.

Enquanto isso, um cuidado especial deve perpassar pelo nível de inadimplência das famílias. Fazer com que a classe trabalhadora de baixa renda, que foi quem reergueu a economia brasileira, saiba gastar melhor para não causar descompassos nem desconfortos perigosos à produção capitalista, encurtando o horizonte de continuidade de seu presente ciclo de ascensão.

**A JANELA ECONÔMICA** é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.